

Prioridade de Sarney é normalizar a economia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Crescimento auto-sustentado e combate à recessão; renegociação da dívida externa, preservando espaço para a expansão econômica; intensificação dos investimentos na infraestrutura, sem abdicar da prioridade social; ampliação da poupança interna para financiar o sistema produtivo. Eis a estratégia de ajuste da economia delineada pelo presidente Sarney na mensagem encaminhada ao Congresso, no último domingo.

O presidente ressaltou a "situação ímpar em termo mundiais" vivida pela economia do País o ano passado, com o PIB crescendo 7,7%, incluindo 12% de variação do produto industrial, 13% da atividade do comércio e 17% das comunicações. O setor agrícola, contudo, apresentou um crescimento negativo de -7%.

Sarney justifica a moratória como um ato de soberania e de preservação dos recursos essenciais à continuidade da vida econômica e combate aos críticos do Plano Cruzado, que viram nele "a efêmera vitória de um simples momento de euforia", porém não faz referência ao retorno das elevadas taxas inflacionárias, da indexação generalizada da economia, das altas taxas de juros e da ciranda financeira, as mesmas características da economia antes do frustrado programa de estabilização monetária.

OS NÚMEROS DE 1986

Segundo a mensagem presidencial, a formação bruta de capital fixo evoluiu, o ano passado, de 17% para 19% do PIB estimado em Cz\$ 3,6 trilhões, enquanto a inflação alcançou 62,4% com a taxa média situando-se em 2,3%. O déficit público que foi de 4,3% do PIB em 1985 declinou para 2,9% o ano passado, enquanto o déficit de caixa do Tesouro chegou a Cz\$ 106 bilhões.

Na composição do déficit público medido pela metodologia do NFSP (Necessidades de Financiamento do Setor Público) no seu conceito operacional, a mesma adotada pelo FMI, e que somou Cz\$ 100,7 bilhões, o governo federal contribuiu com a maior parcela, Cz\$ 65,3 bilhões, vindo em seguida as empresas estatais, com Cz\$ 47,6 bilhões e os governos estaduais e municipais com Cz\$ 5,2 bilhões.

Os indicadores do setor externo apontam para um déficit em conta corrente de US\$ 2,8 bilhões, investimentos diretos negativos de US\$ 100 milhões, pagamento de US\$ 9,3 bilhões de juros e um hiato de recurso de US\$ 6,3 bilhões, volume de recursos de que necessitou o País, o ano passado, do Exterior, para fechar as contas externas.

Os indicadores do endividamento externo informam que, o ano passado, a relação entre o serviço da dívida e as exportações cresceu para 53,6% contra 46,4% em 1985, e que a dívida líquida externa de longo prazo, que era US\$ 85,3 bilhões em 1985, aumentou para US\$ 97,9 bilhões o ano passado, a este montante devendo-se acrescer mais US\$ 15 bilhões de dívida de curto prazo, que vence dentro do período de 360 dias.

Os indicadores macroeconômicos,

ressaltados pela mensagem como resultado do Plano Cruzado, salientam um crescimento de 26% da massa de salários, 15% do salário médio real; um acréscimo de 5,4% no produto real "per capita"; uma taxa de desemprego de 3,6% e 83% de utilização da capacidade instalada do setor industrial.

DESACELERAÇÃO EM 1987

O documento presidencial, contudo, afirma que, este ano, haverá uma desaceleração do setor industrial, a qual, segundo afirma, será compensada por uma expansão do PIB agrícola, prevista para 9%. Há, igualmente, a previsão de que a receita tributária este ano crescerá em função do realinhamento dos preços, ou seja, por efeito inflacionário, e não em decorrência da expansão do setor produtivo.

Fugindo a uma abordagem do fracasso do Plano Cruzado, a mensagem presidencial, ao analisar as perspectivas de longo prazo, afirma que "dificuldades transitórias não poderão obscurecer as potencialidades de nosso país", prometendo que será alcançado o propósito de garantir um crescimento sustentado de 7% do PIB, ampliando-se a taxa de investimento para níveis acima de 21% do produto.

Adverte, contudo, que a definição de um novo padrão de financiamento para o setor público passa, "necessariamente, por profunda reforma tributária, a ser objeto de exame pela Assembléia Nacional constituinte, e pela renegociação da dívida externa", apresentada como o principal condicionante do crescimento econômico.

A mensagem repete os pontos essenciais do plano de metas aprovado em julho do ano passado, destacando que investimentos prioritários serão feitos nas áreas de transportes, telecomunicações, energia, minero-metalurgia, fertilizantes, siderurgia, ciência e tecnologia e meio ambiente.

Adverte, no entanto, que a meta do governo será adequar o ritmo de crescimento do consumo à efetiva disponibilidade de bens e serviços, através de estímulos à poupança, evitando-se assim o surgimento de pressões inflacionárias". Trata-se de um aviso da determinação do governo de manter a política de desaceleração do consumo, iniciada com os pacotes de julho e novembro do ano passado.

A parte mais extensa da mensagem presidencial, dedicada ao exame das políticas setoriais, limita-se quase que exclusivamente a um laboratório das realizações das políticas governamentais do ano passado e de algumas previsões para 1987.

Na área de transportes é anunciada, para este ano, a conclusão da BR-364, Porto Velho a Rio Branco; nas telecomunicações, pretende-se a instalação de mais 600 mil novos telefones; a indústria de informática deve importar US\$ 800 milhões; a reforma agrária promete assentar 450 mil famílias; a irrigação pretende irrigar mais 350 mil hectares e 17 empresas estatais deverão ser alienadas, de uma lista de 70 incluídas numa nova etapa do programa de privatização.